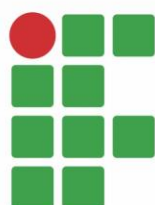




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

RELATÓRIO

**Avaliação do Levantamento
Integrado de Governança
Organizacional Pública feito pelo
TCU - ciclo 2018**



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

NOVEMBRO / 2019

Missão

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.

Visão

Ser reconhecido como uma instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul.

Valores

Inovação;

Ética;

Compromisso com o desenvolvimento local e regional;

Transparência;

Compromisso Social.



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL
IFMS**

Endereço: Rua Ceará, 972 - Campo Grande - MS CEP: 79.021-000

CNPJ: 10.673.078/0001-20

IDENTIFICAÇÃO

RELATÓRIO AVALIAÇÃO DO LEVANTAMENTO INTEGRADO DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL
PÚBLICA FEITO PELO TCU - CICLO 2018 DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

Proponente: Gabinete da Reitoria Gestão 2016-2019

Referência: Novembro/2019



Reitor

Luiz Simão Staszczak

Pró-Reitor de Administração

Diego Henrique de Viveiros

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Marcelina Teruko Fujii Maschio

Pró-Reitora de Ensino

Delmir da Costa Felipe

Pró-Reitor de Extensão

Airton José Vinholi Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Marco Hiroshi Naka

Diretora-Geral do Campus Aquidauana

Hilda Ribeiro Romero

Diretora-Geral do Campus Campo Grande

Rosane Fernández Garcia

Diretor-Geral do Campus Corumbá

Sandro Moura Santos

Diretor-Geral do Campus Coxim

Francisco Xavier da Silva

Diretor-Geral do Campus Dourados

Carlos Vinícius da Silva Figueiredo

Diretor-Geral do Campus Jardim

Nilson Oliveira da Silva

Diretor-Geral do Campus Naviraí

Matheus Bornelli de Castro

Diretor-Geral do Campus Nova Andradina

Claudio Zarate Sanavria

Diretor-Geral do Campus de Ponta Porã

Marcos Pinheiro Vilhanueva

Diretor-Geral do Campus de Três Lagoas

Ápio Carnielo e Silva



SUMÁRIO

<u>Apresentação</u>	6
<u>Contextualização</u>	7
<u>Documentos de Referência para o ciclo de 2018</u>	7
<u>Análise dos índices alcançados pelo IFMS no levantamento de 2018</u>	8
<u>Destaques e pontos de melhoria em relação aos índices</u>	10
<u>Medidas Adotadas pelo IFMS</u>	11
<u>Outras ações TCU de impacto nas ações de Gestão e Governança</u>	12



Apresentação

Considerando a necessidade de apresentação das medidas tomadas pelo IFMS após análise do Relatório do levantamento feito pelo TCU em governança e gestão pública do órgão. Trata-se de trabalho realizado pelo Tribunal desde 2012 e de forma integrada a partir de 2017.

Foi feita a comparação entre os relatórios de 2017 e 2018, elucidando os destaques, pontos de melhoria e os resultados já obtidos em função das ações desenvolvidas pela instituição desde 2016.

Importante registrar que o êxito ao longo desses anos deve-se a adoção da busca conjunta de soluções durante e ao final de cada trabalho desenvolvido em parceria com o Tribunal. Além disso, observa-se que a inserção das boas práticas de gestão e governança no plano de metas do PDI 2019-2023 foram fundamentais para que os setores da reitoria e campi mantivessem o foco no processo de melhoria contínua nesses temas estratégicos.



Contextualização

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza, levantamentos sobre a situação da governança pública organizacional em diversas áreas, por meio da aplicação de questionários de autoavaliação entre os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF).

O principal objetivo é o de aferir o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e *accountability*, bem como de práticas de governança e gestão de TI, pessoas e contratações. A integração dessas práticas demonstra a capacidade da organização em gerar valor para a sociedade. O resultado da aferição é apresentado como Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (iGG) que é formado por outros índices: governança pública (iGovPub), capacidade em gestão de pessoas (iGestPessoas), capacidade em gestão de TI (iGestTI), capacidade em gestão de contratações (iGestContrat).

Conforme [Acórdão nº 2699/2018-TCU-Plenário](#), as respostas do questionário são graduadas de 0 (0%) a 1 (100%), sendo “0” o valor do nível mínimo de capacidade de governança e “1”, o nível máximo. Os níveis de capacidade em governança e gestão são divididos em quatro faixas de classificação: inexpressivo (de 0 a 14,99%); iniciando (de 15 a 39,99%); intermediário (de 40 a 70%) e aprimorado (de 70,01% a 100%).

Documentos de Referência para o ciclo de 2018

É fundamental fazer a leitura de todos os documentos disponibilizados pelo [TCU na área de resultados de seu Portal](#), onde também podem ser encontrados os dados de ciclos anteriores do IFMS e de todas as demais instituições ([baixe e abra a lista no seu navegador](#)).

- Deliberação do TCU: [PerfilGov2018 - Acordao 2699-2018-P Voto e Relatório.pdf / Acórdão 976-2019-P](#)
- [Relatório técnico completo \(alterado conforme Acórdão 976-2019-P\)](#)
- [Sumário Executivo \(alterado conforme Acórdão 976-2019-P\)](#)
- [Dados completos \(excel, extensão .CSV\)](#)¹
- [Estrutura para compreensão dos dados \(alterado conforme Acórdão 976-2019-P\)](#)
- [Esclarecimentos sobre o uso dos resultados](#)
- [Questionário aplicado](#)
- [FAQ 2018 \(alterado conforme Acórdão 976-2019-P\)](#)
- [Tabela de instituições que responderam o questionário](#)

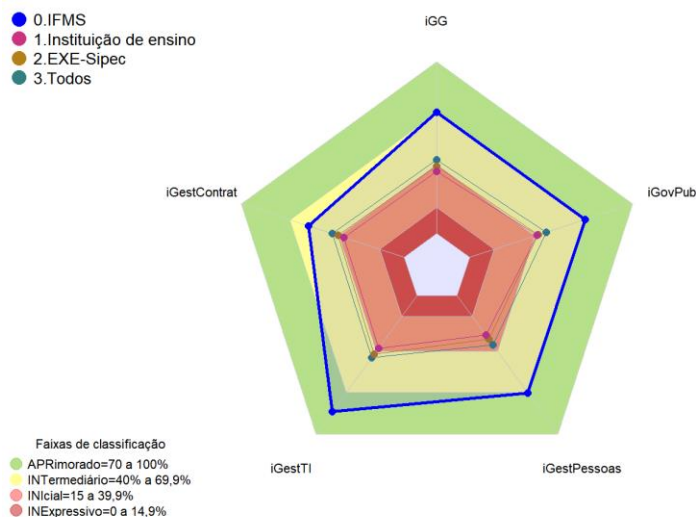
Ressalta-se a importância do entendimento de todos os documentos normativos e sobre a forma como o questionário foi preenchido, pois cada questão possuía um tipo e categoria de resposta, o que não possibilita uma análise simplista e rápida, pois levaria a interpretações equivocadas dos dados e índices.

¹ Ao pesquisar no arquivo com os dados completos (planilha) utilize o código identificador do IFMS “coluna idBase=265”.

Análise dos índices alcançados pelo IFMS no levantamento de 2018

Em 2018, o IFMS obteve o índice integrado de governança e gestão públicas (iGG) de **71%**, em 2017 havia obtido **56%**. O que mais impactou neste avanço foram as estratégias adotadas para melhoria do registro efetivo das atividades e estruturas de Gestão (operações e resultados – Pessoal, TI, Contratações).

Figura 1 – Resultado geral da autoavaliação IFMS em relação ao seu contexto



Fonte: TCU-Relatório individual autoavaliação IFMS

O importante ao observar o gráfico de radar da figura 1 é perceber que o formato do pentágono desenhado com os dados do IFMS não destoa em relação ao das demais instituições.

Ao analisar o [apêndice I-Métodos de cálculo dos índices do Relatório técnico completo \(alterado conforme Acórdão 976-2019\)](#), publicado após levantamento, percebemos que nos casos, em que foi colocado “adota parcialmente” e marcada todas as práticas (que para nós estavam em estágio parcial), automaticamente, o sistema colocava no estágio superior, ou seja, saltava de intermediário para aprimorado.

A tabela 1 apresenta o percentual obtido pelo IFMS nos ciclos de 2017 e 2018, ao se comparar com outras instituições, apresenta um índice razoável, contudo, como sugere o próprio TCU no documento “[Esclarecimentos sobre o uso dos resultados](#)” não é adequado utilizar o índice para ranqueamento, pois frequentemente as organizações públicas não são diretamente comparáveis e deveria ser realizado um estudo detalhado das condições individuais de cada uma. Além disso, como se trata da análise de adoção de boas práticas, muitas vezes na autoavaliação as informações podem ser imprecisas e o nível de erro não pode ser conhecido, carecendo de validação de informações pelas evidências apresentadas por meio de auditorias de campo.



Tabela 1 – Indicadores de governança do IFMS

Indicadores	2017	2018
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	56%	71%
iGovPub (índice de governança pública)	70%	71%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	63%	70%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	54%	70%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	54%	79%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	54%	84%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	52%	65%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	52%	59%

Fonte: Relatórios de autoavaliação do IFMS (2017 e 2018).

O detalhamento da análise de cada um dos indicadores descritos na Tabela 1 pode ser observado no [Relatório individual de autoavaliação do IFMS disponibilizado pelo TCU](#) após consolidação do levantamento realizado.

Ao se comparar os dados de 2018 com 2017 é importante registrar que o TCU fez alguns ajustes no questionário utilizado no levantamento, com isso, foram inseridas mais subquestões para elucidar a adoção das práticas, o que no caso do IFMS facilitou a apresentação dos dados. Também foram criadas questões específicas para verificar os detalhes de adoção de algumas práticas relacionadas ao processo de implantação do Programa de Integridade nas instituições públicas.

Os setores da Reitoria e os Campi elaboram os seus planos anuais específicos que compõe o Plano de ação Anual do IFMS. Desde 2017² a instituição vem acrescentando nele ações que visam aprimorar as suas práticas de gestão e governança. A melhoria nos índices de 2018 deve-se, principalmente a essa estratégia.

Além disso, no ano do levantamento, o IFMS já estava buscando a implantação do seu Programa de Integridade o que ajudou a manter e melhorar vários índices apresentados no questionário, pois muitas práticas ainda não estavam sendo desenvolvidas em outras instituições da Rede Federal.

² Vide: [Plano de Ação Anual do IFMS 2017](#); [Plano de Ação Anual do IFMS 2018](#); e [Plano de Ação Anual do IFMS 2019](#).



Destaques e pontos de Melhoria em relação aos índices

Quanto aos índices do levantamento de 2018 apresentamos uma reflexão sobre cada um destacando pontos de destaque e de melhoria, que servem de base para as medidas a serem tomadas nos exercícios seguintes:

- a) **índice de governança pública (iGovPub)**, contexto Governança Pública, o IFMS avançou no quesito *accountability*, contudo, precisa aprimorar algumas práticas de liderança e estratégia, pois mesmo apresentando uma boa capacidade de liderança, ainda carece de melhoria na medição de desempenho da gestão (promover a avaliação específica dos membros dos colegiados superiores). Outro ponto de observação está no quesito capacidade em estratégia, isso devido ao estágio inicial da gestão de riscos da organização que impacta diretamente nas estratégias de governança já definidas pela instituição. Isso mostra que o IFMS, como os demais órgãos e entidades da APF, precisa aprimorar as práticas recomendadas pelo TCU nos índices de liderança e estratégia.
- b) **índice de governança e gestão de pessoas (iGovPessoas) e índice de capacidade em gestão de pessoas (iGestPessoas)**, contexto Governança e Gestão de Pessoas, neles o IFMS obteve aumento de 7 e 16 pontos percentuais respectivamente, avançando para o nível aprimorado das práticas. O que impactou aqui foi a adoção de melhores práticas no acompanhamento do cumprimento das ações de gestão de pessoas pelos gestores e na definição das trilhas de formação e capacitação, além da definição da política de sucessão como sendo o que estabelece a legislação para os cargos da alta administração. Em relação à capacidade em gestão, o aprimoramento ocorreu no planejamento para o provimento de cargos com base no PDI e no Plano Diretor de cada campus, e na oferta e apoio à qualificação de servidores em trilhas estratégicas (competências requeridas). Contudo, devem ser adotadas outras práticas para assegurar a disponibilidade de sucessores nas demais ocupações críticas; a gestão de riscos; a retenção de servidores (criar mecanismo de incentivo e premiação de servidores por exemplar desempenho – reconhecimento); e a definição e documentação de todos os perfis desejados para os colaboradores. O esforço aqui está em sair da categoria de resposta “adota parcialmente” para “adota em maior parte ou totalmente”.
- c) **índice de governança e gestão de TI (iGovTI)** que teve sua composição alterada para o levantamento em 2018 e o **índice de capacidade em gestão de TI (iGestTI)**, contexto Governança e Gestão de Tecnologia da Informação, foram estes dois índices que tiveram o maior salto em pontos percentuais, 25 e 30 respectivamente. Cabe destacar que ao analisar os dados de 2017 e validar com o que estava sendo realizado na área de TI, percebeu-se que algumas práticas adotadas pela instituição não haviam sido consideradas e muito se fez no período de 2016 a 2018. Desta forma, mesmo existindo algumas práticas adotadas parcialmente, o IFMS tem evoluído e investido nesta área, os principais destaques foram na: gestão de mudanças; gestão de configuração de ativos; gestão de incidentes; gestão de níveis de serviços de TI; gestão da continuidade dos serviços de TI; e gestão de Projetos de TI. Contudo, ainda é preciso melhorar as práticas



relacionadas à gestão de riscos em TI, à gestão da segurança da informação, e na gestão de pessoal, principalmente no detalhamento e documentação do perfil profissional da área.

- d) **índice de governança e gestão de contratações (iGovContrat)** e o **índice de capacidade em gestão de contratações (iGestContrat)**, contexto Gestão de Contratações, nesses índices o aumento foi de 13 e 7 pontos percentuais, respectivamente. Os destaques aqui foram: o estabelecimento da política de risco; a adequação dos normativos às legislações vigentes; sistematização do manual de fiscalização e gestão de contratos e da norma para compras tendo sido adotado o rito processual e documentos sugeridos pela AGU. Na melhoria do processo de comunicação, a Pró-Reitoria de Administração, sistematizou o encontro bimestral com todos os Diretores de Administração dos campi, o que trouxe excelentes resultados, principalmente, na sistematização e uniformização de processos e planejamento orçamentário e financeiro. Os pontos de melhoria aqui dizem respeito à definição das diretrizes e critérios de segregação de funções nas áreas críticas (além do já previsto nos normativos); à criação de critérios de avaliação de desempenho específicos para a área; ao detalhamento do perfil dos profissionais envolvidos com o processo de contratação; e ao mapeamento de processos para dar suporte às áreas de pessoal e de riscos.
- e) **capacidade em resultados organizacionais (Result)**, contexto Governança, a melhoria ocorreu na decisão institucional de disponibilizar novos serviços nos seus sistemas e plataformas digitais, para isso inseriu em seu PDI Objetivos estratégicos e metas com esse fim.

Medidas Adotadas pelo IFMS

Considerando que a divulgação dos resultados dos levantamentos sempre ocorre após fechamento dos planejamentos institucionais, a aplicação de ações pós análise do relatório no exercício corrente fica comprometida, contudo, melhorias necessárias são inseridas no plano de ação anual para o exercício seguinte. Cabe registrar que o IFMS aprovou em 2018 o [Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\)](#) para o período de 2019 a 2023³.

Em relação às medidas adotadas pelo IFMS, registra-se que a alta administração teve acesso aos resultados apresentados pelo TCU somente no segundo semestre de 2019. Contudo, como já existiam ações previstas no PDI, alguns resultados já foram alcançados e podem ser observados nos Relatórios de Ações Específicas do IFMS e Relatórios de Gestão apresentados ao TCU.

No Quadro 1 são apresentados os objetivos estratégicos do PDI diretamente relacionados com os temas e índices que compõem o iGG, bem como os pontos de melhoria e observação e as medidas já adotadas.

³ Na sua construção, as recomendações e as práticas de gestão e governança abordadas nos levantamentos do TCU, também, serviram de base para a formulação de ações que culminaram no Plano de Metas inserido no novo PDI.



Quadro 1 - Temas, indicadores, práticas e medidas adotadas pelo IFMS

Temas e indicadores	Práticas iGG ciclo 2018	Medidas adotadas pelo IFMS após o levantamento de 2018 em relação a cada Prática do iGG	Objetivos estratégicos do PDI 2019/2023 relacionado aos temas e indicadores	Pontos de melhoria e observação pelo IFMS em relação aos temas e indicadores
Governança pública iGovPub	<ol style="list-style-type: none">1. Estabelecer o modelo de governança da organização.2. Gerir o desempenho da alta administração.3. Zelar por princípios de ética e conduta.	Mecanismo Liderança <ol style="list-style-type: none">1. Definição e aprimoramento da estrutura de governança do IFMS, na qual prevê, por exemplo, como instâncias internas de apoio a Ouvidoria, Auditoria Interna e unidade de correição.2. Avaliação de reitor, pró-reitores e diretores-gerais pelos seus subordinados.3.1 Unificação do canal de denúncias à Comissão de Ética, que passaram a ser registradas no sistema e-Ouv.3.2 Revisão dos registros no sistema CGU-PAD, pelo Núcleo de Apoio à Correição e Adoção de Termos de Ajustamento de Conduta.	Objetivo estratégico 4.3 Aperfeiçoar as ferramentas de gestão.	<ol style="list-style-type: none">a. Divulgação do modelo de governança da organização.b. Avaliação de desempenho da alta administração critérios específicos.
	<ol style="list-style-type: none">1. Gerir os riscos da organização.2. Estabelecer a estratégia da organização.3. Promover a gestão estratégica.	Mecanismo Estratégia <ol style="list-style-type: none">1.1 Início do mapeamento de processo dos setores da Reitoria.2.1 Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, aprovado pelo Conselho Superior.2.2 Atualização da representação gráfica da Cadeia de Valor.2.3 Desenho do Modelo de Negócio do IFMS.2.4 Atualização do Mapa Estratégico do IFMS.3.1 Elaboração Plano de ação anual 2019.3.2 Estruturação Planos de ações específicas 2019.	Objetivo estratégico 4.2 Desenvolver a cultura do planejamento estratégico e organizacional participativo.	<ol style="list-style-type: none">a. Gestão estratégica.b. Gestão de riscos da instituição.



	<ol style="list-style-type: none">1. Promover transparência, responsabilidade e prestação de contas;2. Assegurar a efetiva atuação da auditoria interna.	<p>Mecanismo <i>Accountability</i></p> <ol style="list-style-type: none">1.1 Ampliação dos canais de comunicação.1.2 Adoção do FalaBR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.1.3 Atualização do conteúdo exigido pela Lei de Acesso à Informação no site institucional.1.4 Publicação de conjunto de dados no Portal de Dados Abertos do IFMS.1.5 Registro das denúncias à Comissão de Ética pela Ouvidoria.1.6 Visita da Ouvidoria em nove campi do IFMS. <p>2. Estruturação mecanismo de acompanhamento de recomendações feitas pela Auditoria Interna.</p>	<p>Objetivo estratégico 4.1 Aprimorar os mecanismos de comunicação interna.</p> <p>Objetivo estratégico 4.7 Fortalecer a transparência, participação e controle social e a prestação de serviços digitais.</p>	<ol style="list-style-type: none">a. Estruturação Auditoria Interna.b. Atualização Plano de dados abertos.
<p>Governança e Gestão de pessoas iGovPessoas iGestPessoas</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar planejamento da gestão de pessoas.2. Definir adequadamente a demanda por colaboradores e gestores.3. Assegurar o adequado provimento das vagas existentes.4. Assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados.5. Desenvolver as competências dos colaboradores e dos gestores.6. Construir e manter ambiente de trabalho ético e favorável.7. Gerir o desempenho dos colaboradores e dos gestores e favorecer a retenção dos colaboradores e dos gestores.	<ol style="list-style-type: none">1. Planejamento da força de trabalho do quadro de servidores técnicos-administrativos e docentes.2. Melhoria no módulo de registro do Plano de Trabalho Individual (PIT) dos servidores docentes no Sistema acadêmico.3. Gerenciamento do quadro de servidores distribuído pelo Ministério da Economia e redistribuído às unidades do IFMS.3.1 Plano de expansão do quadro de professores por campus no período de 2019 a 2023, disponível no PDI.3.2 Plano de expansão do quadro de servidores técnico-administrativos no período 2019 a 2023, disponível no PDI.4.1 Elaboração Plano Anual de Capacitação de servidores, que prevê a linha de desenvolvimento “gestão”.5.1 Oferta de 16 cursos para servidores, na qual 324 foram capacitados.5.2 Oferta de 1 curso para gestores, no qual 29 foram capacitados.5.3 Estruturação e realização de curso online de caráter obrigatório para novos servidores, denominado “Conhecendo o IFMS”, com carga horária de 80 horas.	<p>Objetivo estratégico 5.1 Fortalecer o desenvolvimento de pessoas promovendo a qualificação e capacitação de servidores, no âmbito nacional e internacional com foco nos objetivos institucionais.</p> <p>Objetivo estratégico 5.2 Estabelecer procedimentos visando à adoção de boas práticas de governança pública, na área de gestão de pessoas, visando a melhoria dos resultados institucionais.</p> <p>Objetivo estratégico 5.3 Fomentar a saúde e qualidade de vida dos servidores do IFMS.</p>	<ol style="list-style-type: none">a. Modelo de Governança da Gestão de Pessoas.b. Avaliação do desempenho da alta administração.c. Desenvolvimento das competências dos colaboradores e gestores.d. Adoção de outras práticas para assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados em ocupações críticas.e. Gestão de riscos setorial.f. Retenção dos colaboradores e dos gestores.g. Definição e documentação de todos os perfis desejados para os colaboradores.h. Definição, em termos qualitativos e quantitativos, da demanda por colaboradores e gestores.



		<p>6.1 Pesquisa de clima organizacional aplicada inicialmente na reitoria, cujos resultados foram publicados no site institucional.</p> <p>7. Avaliação de desempenho aplicada a todos os servidores da instituição.</p>		
<p>Governança e Gestão de TI iGovTI iGestTI</p>	<p>1. Planejamento de TI. 2. Pessoas de TI⁴ 3. Processos de TI. 3.1 Gerir serviços de TI (processo de gestão do catálogo de serviços; processo de gestão de mudanças; e processo de gestão de configuração e ativos; processo de gestão de incidentes). 3.2 Gerir nível de serviço de TI (Acordo de Nível de Serviço). 3.3 Definir políticas e responsabilidades para a gestão da segurança da informação. 3.4 Estabelecer processos e atividades para a gestão da segurança da informação. 3.5 Executar processos de software. 3.6 Gerir projetos de TI. 3.7 Gerir riscos de TI.</p>	<p>1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), elaborado pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTI) e aprovado pelo Conselho Superior. 2. Mapeamento de competências do pessoal de TI. 3.1 Implementação Catálogo De Serviços de TI , proposição grupo de trabalho para gestão de mudanças, melhoria na documentação/catalogação dos ativos e estudo da política de gestão de incidentes. 3.2 Aprimorar e adequar a gestão de nível de serviço de TI ao que preconiza os órgãos de controle. 3.3 Atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicação (CSTIC), encaminhada para apreciação do Conselho Superior. 3.4 Estruturação do CSTIC – composição técnica. 3.5 Estudo para formalização e sistematização da execução do processo de software. 3.6 Adoção de ferramentas para o registro e acompanhamento das demandas e projetos. 3.7 Estudo para atualização da Política de Gestão de riscos de TI.</p>	<p>Objetivo estratégico 4.4 Propiciar a infraestrutura física e tecnológica adequadas para atividades acadêmicas, administrativas e culturais.</p>	<p>a. Processo de gestão de incidentes de segurança da informação. b. Conscientização, educação e treinamento em segurança da informação para colaboradores. c. Gestão de pessoal de TI: lacunas de competência na área de gestão de TI com detalhamento e documentação do perfil profissional da área. d. Práticas relacionadas à gestão de riscos em TI: Controles detectivos de possíveis situações de fraude e corrupção; riscos nas contratações de TI; métricas de resultados para contratos de serviços de TI. e. Gestão da segurança da informação. f. Gestão de incidentes.</p>

⁴ Esse item foi analisado por meio de perguntas do tema anterior “governança e gestão de pessoas”.



Governança e gestão de contratações iGovContrat IGestContrat	1. Pessoas ⁵ . 2. Processos de contratações. 2.1 Planejamento das contratações. 2.2 Seleção de fornecedores. 3. Riscos. 4. Gestão de contratos.	1. Mapeamento de competências do pessoal necessário para a área. 2.1 Elaboração do Plano Anual de Contratações da Reitoria e dos campi. 2.2. Utilização de edital de contratação conforme o modelo padrão da Advocacia-Geral da União (AGU). 3. Mapeamento de risco de alguns processos de contratação. 4. Padronização dos procedimentos de aquisição e contratação, de gestão e fiscalização de contratos e de aplicação de penalidades (processo IFMS nº 23347.001136.2018-59).	Objetivo estratégico 4.5 Fomentar a captação de recursos orçamentários. Objetivo estratégico 4.6 Aumentar a efetividade da aplicação de recursos de forma sustentável.	a. Diretrizes e critérios de segregação de funções nas áreas críticas (além do já previsto nos normativos). b. Critérios de avaliação de desempenho específicos para a área. c. Detalhamento do perfil dos profissionais envolvidos com o processo de contratação. - Mapeamento de processos para dar suporte às áreas de pessoal e de riscos. d. Monitoramento do desempenho da gestão de contratações. e. Gestão de riscos nas contratações: análise dos riscos que possam comprometer a efetividade das etapas de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão Contratual. f. Gestão de contratos: processo de planejamento das contratações; e métricas para mensuração de resultados do contrato.
---	---	---	---	---

⁵ Esse item foi analisado por meio de perguntas do tema anterior “governança e gestão de pessoas”.



Resultados finalísticos	<ol style="list-style-type: none">1. Elaborar, divulgar e atualizar a carta de serviços ao cidadão.2. Assegurar que os serviços acessíveis via internet atendam aos padrões de interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade aplicáveis à organização.3. Realizar pesquisas de satisfação dos serviços públicos prestados em meio digital.4. Assegurar que os novos serviços sejam concebidos para serem prestados prioritariamente em meio digital.	<ol style="list-style-type: none">1. Carta de Serviços ao Usuário do IFMS.2. Observância dos padrões do Governo Federal quanto a interoperabilidade (ePING), usabilidade (ePWG) e acessibilidade (eMAG) no desenvolvimento dos serviços acessíveis via Internet.3. Inclusão do tópico na avaliação realizada pela CPA.4. Observância da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), de forma a criar e converter serviços da instituição para o meio digital.	Objetivo estratégico 4.7 Fortalecer a transparência, a participação e o controle social e a prestação de serviços digitais.	<ol style="list-style-type: none">a. Realizar pesquisas de satisfação dos serviços públicos prestados em meio digital.
--------------------------------	--	--	---	--

Ao observar os pontos de melhoria torna-se evidente que novas medidas serão tomadas nos próximos exercícios para aderência plena do IFMS as boas práticas de gestão e governança. O detalhamento das ações e resultados deve ser analisado no Relatório de Gestão a ser elaborado pelo IFMS e apresentado ao TCU.



Outras ações TCU de impacto nas ações de Gestão e Governança

Ainda em 2018, com reflexo em 2019, o IFMS também participou de auditoria realizada pelo TCU-MS em parceria com outras instituições, destinada a avaliar susceptibilidade à fraude e à corrupção das organizações públicas do estado, em face de seus respectivos poderes de compra e de regulação.

A participação do IFMS nessa ação possibilitou melhoria de processos internos e o planejamento de ações para adequação ao que preconiza o [Referencial de Combate a Fraude e Corrupção](#) publicado pelo TCU. O resultado deste levantamento pode ser analisado na publicação do TCU-MS [“Susceptibilidade a fraude e corrupção no Estado do Mato Grosso do Sul”](#) disponível em seu portal e por meio do Acórdão nº 958/2019-TCU-Plenário, disponível na pesquisa do Portal do TCU.

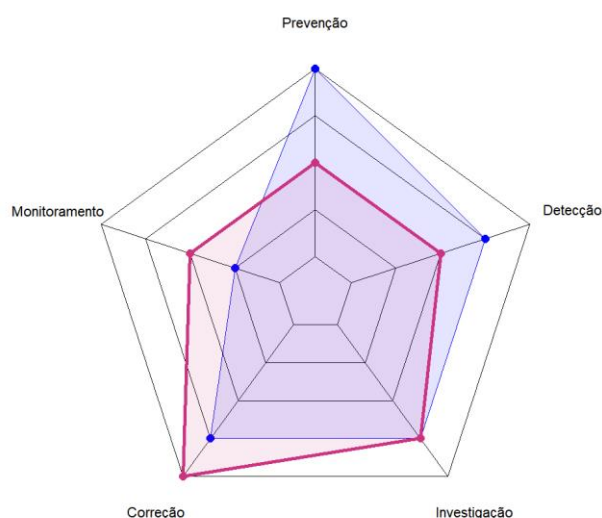
Elucidamos para entendimento que foi analisada pelo TCU a aderência do IFMS aos mecanismos de: prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento. O IFMS apresenta oportunidades de melhoria em relação a prevenção e detecção, isoladamente em três pontos: Controles Preventivos, Controles Detectivos e Monitoramento Geral, como apresentado na figura 2 extraída do [Relatório de avaliação de susceptibilidade à fraude e à corrupção no IFMS](#).

Nesse Relatório existe um quadro que detalha os mecanismos em seus quinze componentes que contemplam as boas práticas recomendadas pelo TCU. A cor usada em cada célula representa o nível de aderência alcançado pela instituição, por ele podemos observar como o IFMS se saiu em cada um deles.

Analisando essas informações verificamos que pelo grau de maturidade do IFMS, o relatório evidencia o que realmente está acontecendo na instituição, estamos trabalhando na prevenção e detecção, contudo nossos esforços estão nos mecanismos para investigação, correção e monitoramento. Segundo o próprio TCU, *ter baixa susceptibilidade à fraude e a corrupção é sempre desejável. Todavia, ter maior grau de susceptibilidade não significa necessariamente que há corrupção na organização, mas indica que ela ainda não possui práticas de combate à fraude e à corrupção compatíveis com seu poder de compra e/ou de regulação, abrindo maior possibilidade de ocorrência desses delitos.*

O gráfico radar da figura 2 mostra as oportunidades de melhoria em relação aos mecanismos de combate à fraude/corrupção. O grau da efetiva aderência do IFMS às práticas recomendadas é apresentado em vermelho, enquanto em azul é apresentado o grau desejável de aderência para a IFMS, tendo em vista o seu poder de compra e de regulação.

Figura 2 – Grau de aderência do IFMS às boas práticas de combate a fraude e corrupção.



Fonte: TCU-Relatório de avaliação de susceptibilidade à fraude e à corrupção no IFMS.

Ao compararmos o resultado dos dois levantamentos feitos pelo TCU (Governança e Gestão e susceptibilidade à fraude e à corrupção), percebe-se as mesmas necessidades de ações para adoção das boas práticas sugeridas pelo TCU: Controles Preventivos, Controles Detectivos, Monitoramento Geral.

Logo, fica claro que o IFMS está preparado para resolver as situações que forem apresentadas, contudo precisa criar mecanismos que sinalizem a possibilidade de ocorrência de situações adversas, ou seja, desenvolver ações de controle e monitoramento sistemático do que for planejado.

Em seu novo planejamento, o IFMS busca com o suporte das atividades essenciais da governança: avaliar-dirigir-monitorar, para manter a organização na direção que deve seguir.

Por fim, essa análise resulta em importantes reflexões para o amadurecimento da instituição, sobretudo para os planejamentos futuros e na elaboração das respostas dos próximos levantamentos realizados pelo TCU.



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Rua Ceará, 972, Bairro Santa Fé – Campo Grande, MS – CEP: 79021-000
Telefone: (67) 3378-9501